

## **Cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down: suscitações teóricas<sup>1</sup>**

Felipe Collar Berni<sup>2</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

### **RESUMO**

O texto apresenta uma reflexão em processo que visa contribuir para o reconhecimento e desbravamento da cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down. Dessa maneira, mobiliza leituras sobre o conceito de cidadania, destacando sua relação com os interesses da comunicação e, de maneira particular, com as especificidades comunicacionais das pessoas com deficiência. Isso tem como objetivo apresentar problematizações que potencializem o processo investigativo que estamos articulando, visando a uma compreensão multidimensional do exercício da cidadania comunicativa das pessoas com síndrome de Down.

**PALAVRAS-CHAVE:** cidadania; cidadania comunicativa; pessoas com deficiência; síndrome de down.

### **Introdução**

Nosso movimento refletido aqui oportuniza agrupar compreensões que alicerçam a empreitada científica de desbravar e reconhecer a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down (SD ou T21). O texto compartilha os acionamentos teóricos para dar conta da pesquisa que desenvolvemos na processualidade do doutoramento. Desta forma, não temos pretensão de apresentar de maneira consolidada características que delineiam a experiência cidadã de sujeitos(as) comunicantes com SD na inter-relação com a comunicação, tampouco esgotar as múltiplas e frutíferas possibilidades de diálogos entre autorias que contribuem para a relação entre comunicação, cidadania e pessoas com deficiência. Temos, pois, interesse em qualificar nosso aproveitamento dos conceitos, desbravando reflexões e distanciamento possíveis desde suas ancoragens e construindo

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCC/Unisinos). Professor substituto do curso de Jornalismo da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). Integra o Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM (Unisinos/CNPq) e a Rede AMLAT. Bolsista com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e-mail: [felipecollar@gmail.com](mailto:felipecollar@gmail.com).

---

amarras que alicerçam a compreensão e reconhecimento da cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down.

Debater cidadania desde os processos midiáticos e comunicacionais demanda posicionar os meios de comunicação como um dos agentes centrais no processo de outorga, manutenção, potencialização e cerceamento de experiências e possibilidades de exercício cidadão. Numa configuração de sociedade midiaticizada, na qual passamos a “depende” (cada vez mais) da mídia (Gomes, 2017) e reconfigurar o nosso próprio modo de ser, ler, significar e inter-relacionar com o mundo, observa-se a consolidação de um *bios midiático* (Sodré, 2013), a partir de uma nova forma de vida social, tendo a tecnologia como elemento que atravessa, modifica e transforma a experiência, os valores, a comunicação e a cultura. Sociedade midiaticizada que ganha novas feições a partir das inúmeras *mediações* (Martín-Barbero, 2003) que são mobilizadas para compreender a existência complexa e multidimensional dos sujeitos(as) em comunicação (Maldonado, 2013).

Repercutimos, desta forma, o protagonismo que os meios de comunicação assumem na configuração das representações sociais; na construção de sentido e significado; na capacidade de dar conotações valorativas para as coisas, manifestações e pessoas; na produção, enquanto sistema simbólico, de *alguéns* e de *ninguéns* (Wottrich, 2013); no “monopólio da identidade humana” (Maffia, 2007), expulsando o outro “diferente”: mulheres, negros/as, migrantes, pessoas com deficiência, povos indígenas, movimentos sociais, etc. Nessa observância, Pedrinho Guareschi (2013, p. 52) pontua que “é a partir do fenômeno social da mídia que nas sociedades modernas consegue-se formar uma opinião pública, define-se o que é real, definem-se os valores, coloca-se a pauta de discussões e influencia-se poderosamente na construção de identidade das pessoas”. A cidadania comunicativa vislumbra o se constituir sujeito(a) dentro dessa sociedade midiaticizada, a partir de uma perspectiva multidimensional de inter-relações possíveis com os meios de comunicação, desde os enquadramentos e mobilização de narrativas, imagens, imaginários e atributos linguísticos outros aqueles articulados hegemonicamente e, também, na garantia do *fazer comunicação*, ocupando e ampliando espaços de construção de ecos de outras possibilidades, identidades, de vida.

Na sequência, buscamos refletir a partir de múltiplos olhares para o conceito de cidadania, sua aproximação e imbricamento aos interesses do campo da Comunicação e

---

a caminhada para desbravar a cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down<sup>3</sup>.

### **Cidadania: um conceito mediador**

Como arcabouço que sustenta a compreensão da cidadania comunicativa, a noção de cidadania, na sua dimensão particular, requer mobilizações e articulações para formulação de perspectivas que sejam úteis para o processo de tensionamento na qual propomos problematizar uma dada situação. Ou seja, miramos para um conceito que se materializa a partir de imbricamentos e contextos, rechaçando uma leitura universal e totalizadora. As autorias convidadas para provocar nossa reflexão, contribuem não no oferecimento de uma leitura pronta sobre o que é ou seria o exercício cidadão, mas apresenta elementos propositivos e de rechaços, que a partir de confluências e distanciamentos, oportunizamos a tessitura de uma outra compreensão (agora situada desde os nossos problemas de pesquisa).

Nessa artesanaria de compreensão do conceito, buscamos María Cristina Mata (2006) para refletir desde a centralidade das experiências dos sujeitos(as) e sua dinâmica frente ao Estado, a comunidade e os meios de comunicação, para compreender a cidadania como:

práctica que implica la capacidad de ser sujeto en todos los ámbitos en que se construye el poder y, por consiguiente, como práctica que implica el participar efectivamente en la elaboración de las reglas que, con validez de norma instituida o legitimada, tienen capacidad de ordenar la vida en sociedad (Mata, 2006, p. 8).

Condiciona, assim, o exercício da cidadania em práticas de *intervenção* nas dinâmicas sociais, na *influência* de construir entendimento comuns para a vida comunitária, ou seja, as leituras que posicionavam a cidadania como conjunto de direitos e deveres já não dão conta de abarcar toda a complexidade do conceito, uma vez que vai além, repercutindo a própria experiência do sujeito(a) nas suas distintas relações sociais, na “aparição” e trânsito desses atores nas estruturas sociáveis, de poder, midiáticas, etc. Compreensão que se aproxima em partes com a postulação de Adela Cortina (2005), especialmente quando expõe a necessidade humana por construir *identidade* e sentimento de *pertença* em comunidades.

---

<sup>3</sup> A leitura que trazemos da deficiência se alicerça na dimensão biopsicossocial, fato que será explorado na sequência do documento.

---

Cortina em sua obra *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania* (2005) perpassa diferentes materializações sobre cidadania a partir de contextos sociais, períodos e projetos ideológicos distintos. A nós interessa destacar algumas reflexões articuladas pela autora numa aproximação com nossa problemática: cidadania comunicativa de pessoas com T21. Na compreensão de Cortina, cidadania seria um “conceito mediador” (2005, p. 27), haja vista que entrelaçam exigências de justiça, moral, identidade, coesão social e pertencimento, capaz de constituir a “razão de ser da civilidade” (2005, p. 21), ou seja, uma civilidade que em sintonia os diferentes atores sociais, faz com que seus membros se sintam pertencentes a sociedade, estimulando a convicção de que vale a pena lutar para mantê-la e melhorá-la. Podemos compreender, portanto, que os conceitos de cidadania não são dados como prontos, há uma necessidade de alargamento na compreensão que historicamente foi constituído a partir das questões de natureza jurídico-política. Note-se que o conceito de cidadania é submetido às construções históricas, atrelado também às lutas sociais.

É no contexto da década de 1990 que Cortina (2005) sinaliza como um momento de efervescência em relação ao debate sobre cidadania, onde o conceito é repensando e problematizando, já levando em consideração as transformações socioculturais experimentadas pelo social e a necessidade de construir coesão social em sociedades pós-industriais, capitalistas e neoliberais, “não se pode obter essa coesão só mediante o direito, só por meio de uma legislação coercitivamente imposta, mas sobretudo pela livre adesão e participação dos cidadãos, pelo exercício da virtude moral da civilidade” (Cortina, 2005, p. 20). Existe uma tensão entre perspectivas liberais e comunitárias que ajudam a balizar o debate, temos de forma respectiva os *ética dos mínimos*<sup>4</sup> e os *ética dos máximos*<sup>5</sup>. O liberalismo entende que o Estado não deve interferir na cultura/vida dos cidadãos, mas sim se ater à distribuição de poder e recursos. Por sua vez, o comunitarismo rechaça esse viés, posicionando a concepção liberal como uma cultura que não é neutra, mas que se universalizou, entende, portanto, as sociedades são desiguais e merecem intervenção. Essa desigualdade entre sociedades é central para o debate da cidadania multicultural.

Numa aproximação às especificidades das pessoas com deficiência, a relação das *éticas dos mínimos e dos máximos* é convidativa a refletir sobre pressupostos para a experiência cidadã desse grupo. A *acessibilidade* é um elemento garantidor do básico

---

<sup>4</sup> Questões de natureza básica para a vida em sociedade e compartilhadas pelos seus membros.

<sup>5</sup> Constituintes do bem viver, de projetos de felicidade.

para a vivência de PCDs num espaço social que foi arquitetado para sua exclusão. Há um processo de adaptabilidade do corpo deficiente às estruturas dadas. Note, que na leitura da *ética dos máximos*, pensando “projetos completos de vida feliz” (Cortina, 2005, p. 23), acessibilidade perde centralidade, uma vez que há, por parte de diferentes movimentos de luta da pessoa com deficiência, a defesa da deficiência como uma “*realidade sensorial alternativa*”<sup>6</sup>, que vai lutar não para uma adaptação/inclusão (pelo viés da acessibilidade) do corpo deficiente as estruturas hegemônica e capacitista, mas reivindicar que essa realidade sensorial alternativa possa ser exercida em plenitude. Também, nesse cenário de pensar a cidadania como projetos de felicidade, para além de práticas de inclusão, a dimensão da identidade não pode ser esquecida ou enquadrada num patamar inferior. Isso porque, segundo Cortina (2005, p. 27-28) a cidadania como um elo mediador, “une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença”. Ou seja, se mobiliza pressupostos legais para a configuração da cidadania. Por exemplo, há diversos marcos de legislação que mobilizam o exercício direito humano à comunicação de pessoas com deficiência (Collar Berni; Bianchi, 2023). Da mesma forma, que o acesso aos meios de comunicação não garante a assunção do PCD a figura de *sujeito(a) em comunicação* (Maldonado, 2013). O elemento da identidade, da inter-relação, de sentidos e imaginários, da influência, ou seja, do sentimento de pertencimento. *Se ver e se sentir cidadão*, eis uma problemática basilar para projetos que miram a cidadania comunicativa de pessoas com deficiência.

Assim, para constituirmos uma compreensão de cidadania que seja pertinente e válida para o contexto multicultural e intercultural no qual vivemos, Cortina (2005) sinaliza pelo viés da complexidade, das camadas que a envolve e da multidimensionalidade, entrelaçando dimensões políticas, jurídicas, sociais, econômicas, civis, cosmopolitas, culturais, ou seja, entender a cidadania como uma prática, um processo que se constrói cotidianamente. Tomemos a cidadania como campo de disputa, atravessada miscigenação e mestiçagens culturais e tendo a comunicação como dimensão constitutiva de qualquer luta por cidadania.

A cultura é posicionada por Maldonado (2011) e Cortina (2005) como peça-chave para pensar a reconstrução do conceito de cidadania. Pois bem, um novo debate complexo

---

<sup>6</sup> Uma leitura que tive contato a partir da exploração de falas de Luciana Viegas, mulher preta autista e idealizadora do Movimento Vida Negras com Deficiência Importam. No campo acadêmico, a partir de pesquisas buscando aprofundar o conceito, é visível uma urgência de materializações e reflexões sistemáticas.

---

emerge nesse contexto. Como garantir o exercício cidadão em sociedades multiculturais? Como organizar diferentes culturas numa mesma sociedade? Evidente que haverá, dentro das estruturas vigentes, culturas dominantes, em detrimento de práticas culturais marginalizadas. “Como saber-se e sentir-se cidadão igual quando a própria cultura é preterida?” (Cortina, 2005, p. 140). Num paralelo potente desde as pessoas com deficiência, temos: como saber-se e sentir-se cidadão igual quando o seu próprio corpo é excluído, segregado, adaptado?

As problemáticas do multiculturalismo, ou seja, aquelas da convivência e coexistência de diferentes culturas numa mesma sociedade, não são apenas de ordem jurídica, mas também podem ser posicionadas em relação à riqueza humana e social. Reconhece-se aqui que nenhuma cultura tem soluções para os problemas vitais de uma sociedade, com o diálogo intercultural, há um intercâmbio, uma troca, coaprendizados mútuos. Por sua vez, a chave do debate multicultural está no que Cortina (2005, pp. 145-146) sinaliza como “o sonho dos universalistas homogeneizadores – a eliminação de toda diferença – representa um supremo empobrecimento para a sociedade que o pratica; mas também que o entusiasmo pelo diferente, pelo mero fato de sê-lo, beira o deslumbramento, já que nem toda diferença eleva o nível da humanidade”. Seria a cidadania intercultural capaz de conciliar esse processo. Cortina (2005) concebe, assim, o interculturalismo como projeto ético e político, que atravessa, entre outros fatores, adesão às identidades culturais diversas, uma convivência autêntica e a compreensão de que para compreender sua própria cultura é necessário a compreensão das outras.

Nossas identidades não são dadas como prontas, elas são construídas dentro do universo cultural, a negociamos (Cortina, 2005, p. 156). Cabe ao Estado garantir a coexistência de diferentes manifestações culturais e modos de viver. Quando não há essa garantia, tampouco valorização, as culturas são estigmatizadas, representando perdas, problemas e até mesmo a destruição da autoestima daqueles que a manifestam. Corroborando para processos de não-identificação. Proteger as culturas é proteger a dignidade dos sujeitos.

Toda essa complexidade nos leva a posicionar a comunicação como elemento constitutivo nas práticas culturais e de formação de identidade, uma vez que, ela atravessa diferentes instâncias e dimensões que constituem a cidadania. Como a mídia participa da cidadania? Como as identidades estão sendo construídas, veiculadas e representadas midiaticamente? São questões que passam, necessariamente, por dois tópicos que

---

elegemos para discutir na sequência: o redimensionamento do sujeito no processo comunicativo e o exercício da sua cidadania comunicativa.

### **Cidadania comunicativa e os sujeitos(as) em comunicação**

Também por ser um elemento central no ordenamento da vida moderna, entendemos que os meios de comunicação ocupam uma posição estratégica nas possibilidades de “fazer” cidadania e cidadãos e ser inter-relacionar com outros espaços de exercício de poder. Os processos midiáticos constroem sujeitos(as) dignos de exercer a cidadania e mantêm privilégios daqueles(as) que historicamente se utilizam de diferentes estruturas para expandir seus status. Assim, é possível compreender a cidadania comunicativa por diferentes dimensões: o acesso aos meios, o direito e o exercício à comunicação, a comunicação popular, alternativa e independente e a democratização dos *medios* são feições já cristalizadas e com um volume grande de reflexões e proposições (Maldonado, 2011; Guareschi, 2013; Bonito, 2015; Costa Filho, 2021; Peruzzo, 2022; Collar Berni; Bianchi, 2023). A nós, interessa aqui, compreendê-la por uma outra entrada, que atravessa todas essas dimensões, que é a produção simbólica de identidades, valores, sentidos, filosofias, ideologias e cidadania.

Isso posto, para tensionarmos a cidadania comunicativa em sua dimensão constitutiva, é inevitável entrelaçá-la com o cenário complexo de transformações na realidade comunicacional/midiática que atravessamos. Assim, observar a comunicação numa perspectiva sociocultural imprescindível nas formações, experiências e ações sociais contemporâneas, requer um esforço de compreendê-la levando em consideração sua multidimensionalidade – econômica, política, histórica, sociológica e tecnológica, para citar algumas delas. É o reconhecimento da mídia como espaço de visibilidade, de validação e de construção de conotações valorativas. Questões que confluem para a defesa que Guareschi (2013) faz da comunicação como direito humano, “Ser humano é comunicar-se. É uma dimensão intrínseca de seu ser. Todos os demais direitos, poder-se-ia dizer, têm como origem essa dimensão comunicativa do ser humano; e as demais instâncias como a liberdade, a democracia, a política e a ética são impensáveis fora do exercício do direito humano à comunicação” (Guareschi, 2013, p. 176). Perspectiva que Saggin (2020) comunga ao sinalizar para uma imediata e incondicional defesa da democratização da comunicação quando pensamos cidadania comunicativa, ou seja, pensar o direito humano à comunicação

---

como condição fundamental para a constituição de construções midiáticas nas quais coexistam processos de abertura e de reconhecimento às pluralidades contextuais, sociais, econômicas, políticas, culturais, educacionais e comunicacionais dos sujeitos em comunicação. A democratização da comunicação é premissa irrestrita à efetivação da cidadania comunicativa. (Saggin, 2020, pp. 134-135).

A cidadania comunicativa aqui pensada reflete uma trajetória coletiva do Grupo de Pesquisa *Processocom* (Unisinos/CNPq)<sup>7</sup>, que em 2022 completou 20 anos de história, e que se incumbiu de cartografar as múltiplas experiências de muitos *outros/as/es*, grupos estigmatizados e excluídos, de movimentos sociais, de povos indígenas que a partir da comunicação ousaram reivindicar, conquistar e exercitar cidadania. As pesquisas já consolidadas de Vivian Maria Corneti de Lima (2014), Marco Bonito (2015), Janaína Pereira Claudio (2016), Marcela Ribas Campanhã (2020) e Sonia Maria Queiroz de Oliveira (2021), como as investigações contemporâneas a minha e em processualidade – de Klênnia Nunes Feitosa e Gabriel Araujo Pujol Martine – que mobilizam especificidades distintas das deficiências, tornam-se companheiras solidárias e referências que potencializam, desestabilizam e oxigenam nossas problemáticas. Desta forma, compreendemos a cidadania comunicativa como um conceito amálgama que ganha forma a partir das ligações, dos nós e misturas das diferentes possibilidades e tentativas de compreendê-la – seja como personagens de narrativas midiáticas, pela influência e participação do sujeito(a) no processo comunicacional, no seu fazer comunicação de maneira alternativa – mas que desembocam num denominador comum: *ser quem é e ser retratado como*.

Essa leitura passa, necessariamente, por reposicionar os sujeitos(as) no processo comunicativo e científico, a luz da precisão de “transformar o mundo, contudo, de modos distintos das tentativas feitas no século XX, que lamentavelmente mostraram carências éticas, políticas, tecnológicas, psicológicas e culturais” (Maldonado, 2022, p. 10). Para observar os cidadãos nas suas inter-relações com os *medios*, torna-se inevitável romper com visões estruturalistas que negligencie ou minimizem os usos, apropriações e ressignificações que estes fazem dos conteúdos comunicacionais no momento da receptividade; pois bem, reconhecemos que esses momentos não são ordenado ou neutro, pelo contrário, são múltiplos, apresentam conflitos, contradições e complexidades, sendo

---

<sup>7</sup> Mobilizado pelos professores Alberto Efendy Maldonado (Unisinos), Jiani Bonin (Unisinos) e Nísia Martins do Rosário (UFRGS).

atravessados por diferentes mediações socioculturais que potencializam a singularidade deste processo.

*As pessoas em comunicação, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora. Não obstante essa diversidade, de fato, a maioria dos processos estão em sintonia (e confrontação) com os sistemas e as culturas midiáticas estabelecidas no mundo atual. Os sujeitos em comunicação, hoje, são seres sociais que vivem e experimentam suas práticas de sentido em contextos múltiplos, em diversas esferas [...] e em múltiplas dimensionalidades. (Maldonado, 2013, p. 90, grifos do autor).*

A redescoberta do sujeito permite questionar a cegueira das teorias funcionalistas e estruturalistas, sinalizando um olhar necessário para as contradições, resistências, apropriações, confluências, desvios e usos; e direcionar uma atenção sensível às suas práticas, quando interessados em compreendermos o exercício da cidadania comunicativa que se dá em diferentes dimensões a partir da inter-relações que sujeitos(as), mídia e instituições sociais tecem a todo o instante, tendo como central o protagonismo do sujeito(a) nesse processo, uma vez que o direito a comunicação não pertence aos *medios*, mas sim, aqueles(as) que exercem a comunicação como condição intrínseca a sua própria humanidade.

### **Cidadania comunicativa de pessoas com síndrome de Down: breves apontamentos de um desbravamento**

Seria pretensioso demais e nos levaria a renunciar a processualidade científica de *pesquisar-junto de pessoas com deficiência* (Collar Berni; Maldonado, 2023) para apresentar de antemão características possíveis da *cidadania comunicativa down*, também pelo fato que o desbravar dessa cidadania seja o cerne da pesquisa que construímos. O que mobilizo são balizas possíveis que alicerçam nossos movimentos metodológicos e nos dão pistas da cartografia da experiência desses(as) sujeitos(as) nas inter-relações cidadãs com os processos midiáticos.

Ainda na dissertação, foi possível compreender que a deficiência intelectual (categoria que a SD se enquadra pelos parâmetros biomédicos) assume feições de *mediação sociocultural* (Berni, 2021), ou seja, quando tensionada desde os processos e práticas comunicacionais se distancia daquilo que a interface mídia e deficiência, majoritariamente, se debruça a articular: o pressuposto da acessibilidade como elemento propulsor de cidadania comunicativa para PCD. Assumindo essa compreensão, temos,

pois, interesse em expandir as imbricações possíveis em relação a cidadania comunicativa, especialmente, para as problematizações envolvendo as práticas de produção de sentido e estabelecimento de significados sobre as coisas do mundo. É fato que uma leitura não exclui a outra. As proposições de acessibilidade comunicativa para pessoas com deficiências motoras e sensoriais, por exemplo, são pré-requisito para uma possível inter-relação destes(as) com os processos midiáticos. Reportamos, assim, a percepção que Marco Bonito (2016, p. 188) estimula sobre “a cidadania comunicativa como um ‘espaço’ em que as PCD, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo”. Como “*espaço*”, é receptivo no congraçamento de perspectivas que ampliam, desdobram e potencializam compreensões miradas desde práticas de produção de sentido que atravessam todo o circuito de cultura/circuito de comunicação (Escosteguy, 2007).

Assim, direcionamos nossa caminhada para práticas de compreensão envolvendo três dimensões do exercício possível por parte das pessoas com síndrome de Down: 1) seus usos sociais da comunicação; 2) seus fazeres comunicacionais; 3) como agentes em narrativas comunicacionais. É pela multidimensionalidade nossa aposta, na busca de traços que delineiam a experiência do exercício da cidadania comunicativa down.

## REFERÊNCIAS

BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual**: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos. 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) — Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2015.

BONITO, Marco. A Problematização da Acessibilidade Comunicativa como Característica Conceitual do Jornalismo Digital. **Âncora - Revista Latino-americana de Jornalismo**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p.175-193, jan./jun. 2016.

CAMPANHÃ, Marcela Ribas. **Audiodescrição e cidadania**: processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp. Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2020.

CLAUDIO, Janaína Pereira. **A cultura dos sujeitos comunicantes surdos**: construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no facebook. 2016. Tese (Doutorado em

---

Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

COLLAR BERNI, Felipe; BIANCHI, Graziela. O direito humano à comunicação de pessoas com deficiência: questionamentos e perspectivas no campo do jornalismo. **Revista EPTIC**, v. 25, n. 1, p. 45-62, 2023.

COLLAR BERNI, Felipe; MALDONADO, Alberto Efendy. Pesquisar-junto de pessoas com deficiência: uma aposta transmetodológica e anticapacitista para o campo da Comunicação. **Anais do 32º Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade de São Paulo, São Paulo, 3 a 7 de julho de 2023.

CORNETI DE LIMA, Vivian Maria. **Deficientes on-line, ciborgues midiaticizados**. Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2014.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

COSTA FILHO, Ismar Capistrano. Cidadania comunicativa: a participação social no direito à comunicação. In: SILVA, Denise Teresinha da; BASTOS, Pablo Nabarrete; MIANI, Rozinaldo Antonio; SILVA, Suelen de Aguiar (Orgs.). **Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva**. São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 2021. p. 133-157.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Circuitos de cultura/circuitos de comunicação: um protocolo analítico de integração da produção e da recepção. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p.115-135, nov. 2007.

GOMES, Pedro Gilberto. **Dos meios à midiaticização**: um conceito em evolução. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2017.

GUARESCHI, Pedrinho. **O direito humano à comunicação**: pela democratização da mídia. Petrópolis: Vozes, 2013.

MAFFÍA, Diana. Sujetos, política y ciudadanía. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo** – introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007, p. 15-33.

MALDONADO, A. Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. **Anais do XX Encontro Anual da Compós**, GT Comunicação e Cidadania. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 a 17 de junho de 2011.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. p. 87-103.

MALDONADO, Alberto Efendy. Cidadania comunicativa e transmetodologia: a investigação crítica necessária em conjunturas autoritárias. **Comunicação & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 5-14, 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MATA, María Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

OLIVEIRA, Sônia Maria Queiroz de. **Sujeitos surdos e cidadania comunicativa**: processos comunicacionais na Associação dos Surdos de Governador Valadares (Asugov) e em seu Facebook. Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, 2021.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Pedagogia da Comunicação Popular e Comunitária nos Movimentos Sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação comunitária**: horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SODRÉ, Muniz. O socius comunicacional. In: VERÓN, Eliseo; FAUSTO NETO, Antonio; HEBERLÊ, Antonio Luiz O. **Pentálogo III**: Internet: viagens no espaço e no tempo. Pelotas: Editora Cópias Santa Cruz, 2013. p.241-252.

WOTTRICH, Laura. Cidadania comunicativa: Apontamentos escassos de um campo de batalhas. **Anais da IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 6 a 8 de agosto de 2013.